

Relações Públicas: da metanarrativa à metarreflexividade crítica¹

Giovanna Mendonça Cozzetti²

Luiz Alberto de Farias³

Paulo Nassar⁴

Universidade de São Paulo

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão crítica acerca da metanarrativa das Relações Públicas, a fim de desvelar aspectos de hegemonia nela introjetados, em favor da construção de uma visão mais crítica e abrangente em relação ao campo, capaz de envolver polifonias pela via da metarreflexividade. Nesse sentido, a opinião pública será considerada enquanto contribuinte e participe em relação dialética tanto no processo de construção como de desconstrução e tessitura de narrativas mais amplas e plurais.

Palavras-chave: Relações Públicas; metanarrativa; crítica; metarreflexividade; opinião pública.

Introdução

Promover o avanço epistemológico de um campo de conhecimento, mais do que uma ambição porventura demasiadamente ousada, é, também, munir-se de olhar crítico e despir-se de preconceções. Mais além: é construir conhecimento que, como fim máximo, possa culminar em benefícios para a sociedade. Não obstante, também, é posicionar-se enquanto agente intencionado, afinal, “toda neutralidade proclamada é sempre uma escolha escondida, à medida em que os temas, sendo históricos, envolvem orientações valorativas dos homens na sua experiência existencial” (FREIRE, 1978, p. 89).

Nesse sentido, trataremos acerca da maneira pela qual as Relações Públicas se constituíram enquanto metanarrativa afetada por perspectivas hegemônicas que se fizeram legitimar, e como esse processo implicou na tessitura da identidade do campo, uma vez que, conforme defende Martino (2010, p. 40), “a construção da identidade é

¹Trabalho apresentado na IJ03 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Graduada em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela ECA-USP, e-mail: gicozzetti@alumni.usp.br.

³Livre-docente pela ECA-USP, e-mail: lafarias@usp.br.

⁴Professor Titular na ECA-USP. Coordenador do Grupo de Estudos de Novas Narrativas (GENN ECA-USP). Diretor-presidente da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE), e-mail: paulonassar@usp.br

indissociável da narrativa”. Não se trata de mais um exame da constituição do campo enquanto atividade e ciência, mas do apontamento crítico da consolidação de uma univocidade pretendida em detrimento de maior abertura a outras narrativas, polifônicas e polissêmicas – até mesmo, contranarrativas.

Para tanto, o diálogo com uma fundamentação teórica de matriz crítica acerca das Relações Públicas se faz fundamental, mesmo que ela ainda se encontre em fase de emergência⁵, construção e consolidação, em relação às perspectivas e teorias com maior endosso e adesão, como aquelas norte-americanas (LEMOS, 2017b).

Cabe ressaltar que a crítica não intenciona rejeitar ou invalidar o que já foi construído. Pelo contrário, ela parte do reconhecimento do valor e contributo que reside na essência do conhecimento até então produzido para a constituição do pensamento científico e da própria atividade de relações públicas, e sua visibilização perante a opinião pública de maneira macro, rumo ao avanço pelo apontamento de possíveis limitações e reducionismos, suas implicações, bem como de outras possíveis abordagens e pensamentos – em linha com reivindicações ascendentes na própria opinião pública.

Dessa maneira, reforça-se que as Relações Públicas, enquanto inscritas no campo da Comunicação e dotadas de potencialidade para incitar discussões, controvérsias e conciliações, devem se pautar pela premissa de responsabilidade enquanto capazes de promover o pluralismo e estimular abertura. Para tanto, a metarreflexividade acerca das condições que formataram o campo das Relações Públicas é a via pela qual se faz possível não apenas contribuir ao seu avanço, mas também operar a crítica ao que já está posto e reconhecido, mas não suficientemente questionado. Assim, e conforme defende Lemos (2017b), a crítica pode e deve se fortalecer dentro do próprio campo, de modo a se tornar mais potente em seus efeitos e nas percepções que desencadeará externamente.

Metanarrativa e hegemonia

Apesar do incipiente consenso acerca dos possíveis demarcadores do início das Relações Públicas – considerando a polissemia do termo, e contemplando tanto a profissão, quanto a área de pensamento (FARIAS, 2019, p. 242) –, convencionalmente atribui-se ao contexto da Revolução Industrial, e especialmente ao período entre os

⁵Nesse sentido, ressalta-se que a primeira obra característica da escola crítica de relações públicas, editada por L’Etang e Pieczka, e intitulada “*Critical perspectives in public relations*”, data de 1996. Ainda, outra importante obra, editada por L’Etang, McKie, Snow e Xifra, e intitulada “*Handbook of critical public relations*”, data de 2016.

séculos XIX e XX (CANFIELD, 1970, p. 22) a caracterização de seus tempos vindouros, bem como, nessa seara, aos Estados Unidos enquanto local que abrigou e fez disseminar, junto à opinião pública, suas primeiras práticas (GRUNIG; HUNT, 1984, p. 14). Em linha, a dois norte-americanos costuma ser atribuído o crédito do pioneirismo quanto ao pensamento acadêmico (Edward Bernays) e à atividade (Ivy Lee) de relações públicas (KUNSCH, 2006; 2009).

Em adição, Farias (2009, p. 49) nos recorda que

as relações públicas têm em sua história alguns pontos-chave, como ligar a sua criação, tradicionalmente, a questões de busca de apoio da opinião pública norte-americana, no final do século XIX e início do século XX, notadamente na relação tempestuosa entre alguns empresários notórios da época, cujas empresas mantinham relações delicadas com os públicos de maneira geral, levando a crises.

Nessa seara, é possível verificar que a realização do que caracterizou as primeiras práticas de relações públicas teve influência direta do sistema capitalista e da necessidade incessante e crescente, por parte do empresariado, de garantir lucratividade e aceitabilidade. Partindo, então, do entendimento de que, para tanto, manter boa imagem perante a opinião pública desempenharia papel fundamental. Constitui um exemplo nesse sentido a atuação de Lee em favor de D. Rockefeller Jr., transformando-o de “velho capitalista voraz em amável ancião” (D'AZEVEDO, 1971, p. 19).

A finalidade máxima não reservava compromisso, necessariamente, com a genuinidade das aparências, ou com as reivindicações da sociedade. A consideração dos públicos se dava na medida em que deles se desejava obter favorabilidade e conciliação para a continuidade dos negócios, mas não adentrar em uma relação dialógica e de abertura. Dessa forma, as relações públicas foram utilizadas como instrumento de subserviência aos grupos hegemônicos, e no sentido do exercício de influência, de persuasão, e até de manipulação. É preciso considerar, também, para além das questões éticas intrínsecas, a sólida e estreita vinculação da atividade com as fontes e o exercício do poder.

Mais além, a própria estruturação do referencial científico se deu nessa lógica, como é possível verificar pelas produções de Edward Bernays, notadamente em: “*Crystallizing public opinion*” (1923), “*Manipulating Public Opinion: The Why and The How*” (1928) e “*The Engineering of Consent*” (1947). Não obstante, sua relevância para a construção das bases teóricas da profissão é evidente, ainda que o interesse pela

estruturação tenha partido da necessidade de contar com o reconhecimento público em contraposição ao desprestígio que vigorava à época, conforme assinala Kunsch (2006).

Dessa forma, e sem a intenção de adentrar no histórico das Relações Públicas, já intensamente narrado a partir da perspectiva descrita anteriormente, ressalta-se a criação de condições propícias para a formatação de uma metanarrativa do campo. Entende-se metanarrativa, a partir da perspectiva de Lyotard (2013), como uma grande narrativa, isto é, fundamentadora e legitimadora, capaz de se tornar referencial. É como se ela constituísse a fonte de reconhecimento e contribuísse à formatação de identidade.

É possível falar em metanarrativa de Relações Públicas, uma vez que a maneira como a atividade e a ciência foram delineadas pelos norte-americanos disseminou-se e baliza, ainda, o estudo – considerando que há inclusive certa tradição no ensino que atribui a invenção das relações públicas modernas aos norte-americanos (KUNSCH, 2006) –, e a prática dos agentes do campo. Tal possibilidade foi favorecida pela globalização e pelo desenvolvimento e disseminação das TICs, que contribuiu ao espalhamento das produções, ideias e ideais hegemônicos.

Não obstante, mesmo que intensamente narrada pelos norte-americanos, e apesar do amplo acolhimento desta versão da história das Relações Públicas, conforme constata Lemos (2017a, p. 19), certamente, ela não é una. É possível vislumbrar outros possíveis marcos, como demonstra James Grunig (2003, p. 69-70) ao assinalar que a aristocracia chinesa já praticava algo parecido com as modernas relações públicas há cinco mil anos. Ainda, Grunig e Hunt (1984) destacam o escrito “Retórica”, de Aristóteles (séc. IV a.C.), como um dos livros mais antigos sobre as relações públicas.

Mesmo assim, a versão da história que confere crédito aos norte-americanos parece ter conquistado relevante espaço no campo, conforme constata L’Etang (2013; 2016), bem como Fitch e L’Etang (2017), e demonstra sua hegemonia pelas implicações na concepção de impressões e conhecimentos acerca das Relações Públicas. Importante destacar que a hegemonia, conforme afirma Moraes (2010, p. 55) a partir de uma perspectiva gramsciana,

é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se.

Por meio da análise do hegemônico, é possível desvelar epistemologias tornadas acêntricas, considerando as funções políticas intrínsecas, a fim de contribuir ao rompimento da univocidade e à incitação da ampliação do olhar como reivindicação por um campo mais abrangente, plural, além de democrático. O conceito de campo, nesse contexto, considerado a partir da concepção bourdieusiana (BOURDIEU, 2003, p. 66), de acordo com a qual ele é uma “estrutura de relações objetivas, fundado na produção de bens econômicos e simbólicos cuja distribuição desigual resulta do passivo de lutas entre os grupos e/ou as classes”.

Nesse sentido, e pelas idiosincrasias do sistema capitalista, resultante na distribuição desigual de bens econômicos e simbólicos, as tensões e embates se tornam característicos e contribuem para explicitar a apropriação do hegemônico em detrimento dos que, nessa lógica, se tornam acêntricos – e, como efeito, também têm suas ideias e ideais tornados acêntricos. A própria ideia de uma narrativa macro, a metanarrativa das Relações Públicas, serve ao apagamento do que dela é dissonante na medida em que ela se impõe como narrativa uníssona e única.

Contudo, e conforme nos relembra Matheus (2011, p. 15), a história “não é uma coletânea de datas e de fatos: é também um processo unitário que evolui no julgamento dos fatos. É um tribunal em permanente trabalho de revisão do passado”. Isso se aplica às Relações Públicas enquanto permite revisitar, desconstruir e questionar sua própria metanarrativa, em detrimento da constante reprodução do hegemônico. Resulta em visibilizar outras concepções acerca da maneira de pensá-las e aplicá-las, não apenas afastando preconceções e percepções negativas⁶ advindas de suas convencionadas origens, bem como possíveis anacronismos – o que deve ser um esforço, primordialmente, dos agentes pertencentes ao próprio campo das Relações Públicas, resultante da metarreflexividade e do exercício da crítica.

⁶Acerca desta questão, Andrade (1993) atribui tais percepções à atuação de Bernays e de Lee, à associação com a propaganda nazista, e com a defesa dos interesses privados. O autor, também, chama atenção para a concepção de Franklin D. Roosevelt, que percebia os profissionais como “envenenadores profissionais da opinião pública, exploradores de tolices, fanatismo e interesse próprio”. Também, ressaltamos a pesquisa realizada por Miller (1999), envolvendo a representação das Relações Públicas e de seus profissionais na ficção e em filmes produzidos entre 1930 e 1995, substancialmente negativa e estereotipada.

Das possibilidades outras

Contar uma única história⁷, além dos reducionismos inerentes ao processo, e, talvez, justamente por conta deles, implica em perigos. Esses perigos dizem respeito, em especial, ao apagamento do que é dissonante e à seletividade intencionada de uma perspectiva que favoreça interesses dominantes. No caso das Relações Públicas, a metanarrativa tecida caracteriza o campo em suas relações e potenciais contributivos ao sistema hegemônico e para a manutenção do *status quo*. Tal fato pode resultar em uma visão pouco ampliada e plural, limitadora das possibilidades e perspectivas.

Notadamente, cabe ressaltar, quando se trata da hegemonia, tanto a aplicação da atividade de relações públicas em favor de grupos dominantes, com efeito no reforço da estrutura social, quanto a constituição da própria metanarrativa das Relações Públicas enquanto hegemônica pois amplamente disseminada e reproduzida nos moldes dominantes. Além disso, destaca-se a relação dialética intrínseca à maneira pela qual o campo foi formatado e operado. Vimos que sua lógica estava voltada para a manipulação e persuasão, em favor da incitação de favorabilidade. Ao mesmo tempo, e considerando a não-passividade dos públicos e da opinião pública, tal lógica também pôde culminar na constituição de percepções negativas sobre o próprio campo, e no levantamento de questionamentos éticos acerca de seus objetivos e operações.

Como efeito da tessitura e parte constitutiva desta metanarrativa, é possível verificar a existência dos mitos fundadores. Em linha com o pensamento de Barthes (2009), os mitos constituem modos de significação capazes de parasitar os sentidos históricos, naturalizar e universalizar o que é dominante, desencadeando ampla aceitação pois convencionados, hegemonzando o que é, ou deveria ser, plural.

Os próprios agentes de Relações Públicas, conforme defende Farias (2019, p. 117), atuam na construção intencionada e explícita de mitos, o que configura uma relação dialética na qual não apenas os agentes são capazes de construir mitos e os disseminar perante a opinião pública, como a própria opinião pública, a partir das atividades desempenhadas historicamente pela profissão, acabou desenvolvendo mitos que balizam as percepções e operam legitimação ou deslegitimação das próprias Relações Públicas.

⁷Julgamos pertinente fazer referência ao Ted Talks protagonizado pela pensadora nigeriana Chimamanda Adichie, intitulado “The danger of a single story”, no qual ela traz à tona as problemáticas da visibilização e contato com perspectivas unicas e unívocas, e chama atenção para as relações entre poder e história. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 09 mai. 2021.

Ao expandirmos a análise às questões contextuais, partimos do período de consolidação da industrialização à condição pós-moderna, que, de acordo com Lyotard (2013), é caracterizada pelo desencantamento, e marca o rompimento das metanarrativas. Em consequência, abre-se espaço para a releitura e “digestão” (HUTCHEON, 1991, p. 95) do que outrora legitimado se considerava como absoluto e permanente. As identidades se fragmentam (HALL, 2006) e desestabilizam, criando condições férteis para a ascensão da crítica ao outrora estável e incipientemente questionado.

No sentido de situar as iniciativas críticas, de maneira pioneira em cenário brasileiro, Peruzzo (1982; 1993) realizou uma crítica às Relações Públicas enquanto subservientes ao modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que chamou atenção para possibilidades alternativas e, especialmente, emancipatórias. Lemos (2017a), por sua vez, reivindicou uma cosmovisão ampliada das Relações Públicas, defendendo uma transição à era pós-disciplinar, que possa ampliar seus objetos e interesses.

Partindo da visão de que as Relações Públicas constituem uma problemática social, muito mais do que um produto e um produtor de reforço ao sistema capitalista, e são construtoras de sentido e significado, cabe refletir acerca de seu papel na sociedade e em suas transformações (L’ETANG, 2016). A crítica advém como estímulo para que pesquisas vindouras também a façam, considerando a perspectiva da opinião pública e da narrativa, esta dotada de dimensão histórica e discursiva (TODOROV, 1973), que deve ser analisada a partir de uma visão ampliada.

Entende-se que existe, no campo das Relações Públicas, possibilidade e relevância para o desenvolvimento de pesquisas ancoradas em matrizes críticas, capazes de desvelar mais visões e semânticas outras, considerando que contribuições nesse sentido são emergentes e não tão visibilizadas em detrimento das correntes hegemônicas. Em linha, Rüdiger (2011) defende que as Relações Públicas são permeáveis à crítica, e que é possível buscar outras maneiras de praticá-las. Essas maneiras devem considerar “modelos democráticos de relações públicas”, preocupados em “criar canais de diálogo e pertencimento que respeitem as diferenças de todos os perfis” (NASSAR, 2012, p. 33).

Por meio da incitação à metarreflexividade acerca das condições que formataram e formatam o campo, e cientes das limitações intrínsecas, são os agentes do próprio campo das Relações Públicas que devem rumar ao avanço epistemológico do referido, estimulando maior abertura, polifonia e polissemia. Dessa maneira, viabilizando a demonstração de seu valor à sociedade, e chamando atenção para uma maneira de ser e

fazer essencialmente atrelada a preocupações éticas e a premissas de responsabilidade, transparência, abertura e diálogo.

Ampliação, crítica e a opinião pública

Acerca da finalidade das Relações Públicas, Farias (2019, p. 60) recorda que elas sempre estiveram associadas a processos de busca de persuasão – em si uma palavra polêmica – e, por conseguinte, aos processos de formação de opinião – individuais e coletivas. Esse trabalho sempre foi feito pela busca de criação de prestígio: geração de diferenciação, de atratividade, de sedução, por meio de informação destinada a esclarecer sobre pessoas, organizações, marcas, projetos etc.

A questão que se impõe impele a questionar os interesses que incitaram a supracitada busca da persuasão e em que medida isso trouxe implicações à (des)agregação de prestígio às próprias Relações Públicas. Bem como, quanto dessa busca por persuasão se mantém e reproduz muitas vezes irrefletida em relação à sua finalidade máxima. Vimos que a contribuição ao empresariado e ao sistema capitalista estimulou o interesse em criar imagens positivas [aos grupos hegemônicos] e a manipular a opinião pública, mesmo que em detrimento do estabelecimento do diálogo e da consecução de concessões mútuas em favor de relações mais justas e positivas.

Passados os tempos preliminares, e com a consolidação e expansão do campo, faz-se necessário pensar em como avançar a partir do que já está posto, e em superar o que constitui anacronismo. Desde a Modernidade, conforme vemos em Giddens (2002, p. 26), instaura-se a dúvida e as possibilidades de revisão das doutrinas postas. Também, a partir do contexto pós-moderno, e pela complexificação das relações, torna-se possível desconstruir e romper com a metanarrativa (LYOTARD, 2013).

Para tanto, e de maneira que uma desconstrução possa ser efetivada, é preciso partir da desnaturalização de questões tomadas como naturais (MARTINO, 2010, p. 35). Também, e conforme ressalta Pereira (2017b, p. 362), estar ciente acerca da existência da “crença em narrativas dominantes ou únicas”, bem como “dos vieses que condicionam o próprio registro histórico”, em favor da tessitura da historicidade do campo em modo contínuo, conectado com o presente e o futuro. Mais do que simplesmente criar efeitos de sentido (GREGOLIN, 2007), capazes de atender demandas e disciplinar modos de agir socialmente, as Relações Públicas têm a potência para gerar ação efetiva, provocar debates amplos, plurais e diversos, em uma abordagem genuína e participante.

Nesse sentido, a desconstrução da metanarrativa não deve objetivar, necessariamente, uma (re)construção. Isso se aplica, igualmente, à desnaturalização dos mitos constitutivos da metanarrativa. Mais além, e considerando a crítica a perspectivas que sejam unívocas, deve trazer à tona narrativas, variadas em perspectivas, e até mesmo contranarrativas, que possam enriquecer o debate. Afinal de contas, e para incitar e contribuir ao pluralismo, o campo, antes de tudo, deve ser plural. Dessa forma, e se há “emergência do conceito de relações públicas como construção de sentido e significado” (LEMOS, 2017a, p. 7), reivindica-se a crítica e a plenitude de sentido em detrimento da subserviência e do olhar hegemônico. Reivindicação esta que, para ser efetiva, deve encontrar a adesão e o compromisso dos agentes do campo que, nele envolvidos, exercem a metarreflexividade e questionam criticamente a história que os envolve.

Se as próprias Relações Públicas são vindouras de momentos de mudanças, transformações e contestações (L’ETANG, 2016, p.28), aqui especificamente em relação à atividade, mas de maneira extensível ao campo como um todo, a própria via da metarreflexividade pode ser capaz de levá-lo a um momento de virada, no qual pensar criticamente é predominante em detrimento do enfoque restrito ao “como-fazer” (KUNSCH, 2003)⁸. A consideração da abrangência das Relações Públicas no que tange às suas interfaces, objetivos, práticas e públicos (NASSAR; PARENTE, 2020, p. 22), bem como a incorporação de seu caráter político (NASSAR, 2012, p. 34), vão no sentido do atendimento às transformações requeridas.

A fim de que seja possível expandir o olhar, é de expressiva contribuição tecer narrativas outras a partir de perspectivas até então não intensamente exploradas. Não obstante, ressalta-se a existência de iniciativas nesse sentido, como da Escola Crítica de Relações Públicas, advinda justamente do questionamento aos modelos dominantes, como os que restringem seu enfoque ao contributo às organizações (LEMOS, 2017a; 2017b). Para L’Etang (2013), o paradigma crítico versa acerca do posicionamento contra o dominante, considerando a necessidade de pensar a partir das idiosincrasias de cada contexto, no lugar do dominante enquanto passível de aplicação generalizada.

Importante ressaltar, também, que para a autora, o fato de um trabalho ser crítico não implica que ele seja negativo (L’ETANG, 2013, p. 4), mas sim que perspectivas

⁸Tal enfoque se deu em linha com a necessidade, entre os anos 1980 e 1990, de inserção dos profissionais de relações públicas no mercado de trabalho, constituído pela indústria ascendente (EDWARDS, 2016, p. 16), e faz ressoar seus efeitos no que se convencionou como prática, no prejuízo à contestação de produções já realizadas, bem como na tessitura de novos conhecimentos dissonantes dessa lógica.

outras sejam levadas em consideração. Nessa seara, e em linha com as reivindicações latentes na opinião pública, trata-se de abarcar os anseios por maior transparência, responsabilidade, diálogo e participação, além de pautas como diversidade, sustentabilidade, ética, legalidade, entre muitas outras⁹. Além disso, também considerar que, conforme apontam Nassar e Parente (2020, p. 41), “a democracia, as novas tecnologias de informação e a cultura de comunicação cada vez mais difundida transformaram todos os indivíduos em potenciais formadores de opinião”.

Afinal, “não são apenas os indivíduos ilustres ou aqueles que falam em nome do povo os detentores exclusivos do processo de formação de opiniões” (MATHEUS, 2011, p. 10), mesmo que por vezes possam ter concentrado o direito à fala. A opinião pública existiu. Existe. Resiste. Ela se insere como elemento central, tanto por suas implicações na consolidação da metanarrativa que se legitimou, e nas consequentes formas de perceber as Relações Públicas dela advindas, quanto na maneira pela qual é possível (re)elaborar e inspirar formas outras, mais favoráveis ao livre debate.

Para tanto, é preciso considerar as conexões das Relações Públicas com outros campos de conhecimento, em uma perspectiva inter, trans e multidisciplinar – ou até mesmo, conforme defende Lemos (2017a), pós-disciplinar. Também, é estar ciente acerca da posição relacional com a opinião pública, legitimada e legitimadora, ainda que muitas vezes relegada às sombras (MATHEUS, 2011). Esta é partícipe e está interconectada no processo de construção e adesão a narrativas, além de via pela qual é possível resgatar o caráter democrático [idealmente] intrínseco ao campo, e construir debates mais plurais.

Considerações finais

As narrativas “comunicam o que somos, ou, uma representação de nós mesmos” (MARTINO, 2010, p. 11). Elas são tecidas pela via da comunicação, fundamentalmente dialógica e dotada de intencionalidade (SANTAELLA, 2001, p. 20), conforme pretensões dos agentes em interação, bem como do contexto circundante. Nesse sentido, e partindo do pressuposto da não-neutralidade das narrativas de comunicação, bem como da existência de propósitos nelas contidos, foram levantadas questões em relação à construção e legitimação, especificamente, da metanarrativa das Relações Públicas que se tornou hegemônica.

⁹Obviamente, desde que tratadas genuinamente, de maneira que não constituam apenas simulacros apropriados pelas organizações para retroalimentarem uma lógica de aparências às legitimar.

Nessa seara, e não obstante à existência intrínseca de tensionamentos no campo das Relações Públicas, o questionamento é contributivo para a ampliação das formas de ver, o que pode implicar positivamente, inclusive, na sociedade, por meio de práticas mais responsáveis e genuinamente favoráveis à promoção de debates e à consideração de pautas contra-hegemônicas. Nesse sentido, Gramsci (1999, p. 314-315) entende que ações contra-hegemônicas são capazes de contestar condições de marginalização e exclusão, uma vez que a hegemonia pode ser “reelaborada, revertida e modificada” (MORAES, 2010, p. 73). A partir de tal perspectiva de análise, a crítica se faz fundamental.

Entendemos que exercer crítica, conforme defende Lemos (2017a, p. 16),

é um trabalho que desafia certas hegemonias e formas de tratar um determinado objeto de estudos. (...) realizar essa crítica é um caminho para ampliar os objetos de estudo na área. Esse incremento requer da comunidade acadêmica disposição para explorar novas ideias e ver com um olhar mais apurado o conhecimento produzido até aqui.

Destaca-se a necessidade de os agentes do campo se comprometerem no sentido da operação de uma metarreflexividade, capaz de envolvê-los para (re)pensar as Relações Públicas de outras maneiras em contraposição à reprodução do hegemônico. Uma vez priorizado o avanço epistemológico, cabe ressaltar a relevância de que vindouras e múltiplas pesquisas também possam avançar e se debruçar acerca do objeto em questão, uma vez que, conforme defende Ferrari (2003, p. 57), é preciso esforço conjunto e coeso, capaz de “descobrir” as Relações Públicas, bem como que a crítica ainda se impõe em estado emergente.

A reivindicação pela análise crítica, de maneira macro, também está presente no próprio campo da Comunicação, no qual as Relações Públicas estão inscritas, conforme defendem Armand e Michèle Mattelart (2004), os quais, nas palavras de Martini (2020, p. 214), clamam pela

necessidade de abordagens críticas de epistemologia da comunicação, a fim de evitar uma ciência meramente reprodutiva, filiada de forma irrefletida a paradigmas hegemônicos de potências socioculturais e econômicas, principalmente Estados Unidos da América e Europa Ocidental.

Nesse sentido, é de fundamental interesse a análise sob o olhar da opinião pública, considerando seu alto grau de complexidade e as diversas formas da sua apresentação (ESTEVEZ, 2010, p. 21), enquanto participe no processo de formatação e (des)legitimação das percepções logradas pelas Relações Públicas, bem como enquanto ativo por meio do qual é possível disseminar perspectivas outras e operar a desconstrução

do que se tornou hegemônico pelo estímulo a maior abertura e participação democrática. Afinal, “opinião é construção, deve vir de processo de debate, de diálogo”, e “não há sociedade sem debate, sem discussão e sem diferenças” (FARIAS, 2019, p. 19-20).

Trazer à tona, então, a análise sob a perspectiva da opinião pública vai ao encontro da sua já notada relação indissociável com as Relações Públicas, bem como contribui à construção de redes de sentido mais plenas. Em linha, é afastada a busca por verdades absolutas e por “pais fundadores” (MARTINI, 2020, p. 2019), bem como questionada a necessidade de (re)construção de uma metanarrativa. O que deve se considerar, e tomando como ponto de partida a complexificação dos contextos e das relações, é a complexificação do olhar e das reflexões acerca das Relações Públicas, cujo trabalho é moldado pelas culturas e sociedades onde opera, devendo ser medido nestes termos (EDWARDS, 2012, p. 18). Assim, pode-se falar em narrativas, várias, múltiplas, polifônicas e polissêmicas.

Se existe uma nova realidade narrativa, na qual consta um contexto de debate, controvérsias, dissensos e consensos (NASSAR, 2016, p. 79), ela impõe a operacionalização da crítica enquanto essencial não apenas ao avanço epistemológico das Relações Públicas, como propriamente ao avanço social. Deve haver atenção ao fato de que disputas discursivas são disputas pelo poder (FOUCAULT, 2014), bem como aos efeitos de real (BARTHES, 1988) pelos discursos criados – nesse caso, como vimos, resultante na metanarrativa hegemônica –, de maneira que não se chegue à novas univocidades e perspectivas unânimas.

A opinião pública se faz protagonista nesse processo, uma vez que é produto de uma vivência coletiva, exige integração e compartilhamento (MATHEUS, 2011, p. 11), além de constituir-se uma manifestação da vontade de julgar e de agir (p. 66), podendo ser a via para uma ação efetiva transformacional. Não se trata de negar a história dos vencedores, partindo do pensamento benjaminiano (BENJAMIN, 2012), uma vez que ela é parte constitutiva da história, e pode prover aprendizados úteis no sentido de visibilizar erros a não serem reproduzidos. Mas, sim, de trazer ao centro o que se relegou à margem.

Para tanto, é preciso (re)pensar as Relações Públicas de maneira ampliada, (re)visitar sua metanarrativa, e reivindicar contrariamente aos esvaziamentos de sentido. Uma vez que “diferentes versões geram diferentes representações dos fatos” (MATHEUS, 2011, p. 105), ao expandirmos o olhar expandimos também as

possibilidades, e construímos um cenário mais completo do que foram, são, ou deveriam ser, as Relações Públicas.

Referências

ADICHIE, C. **The danger of a single story**. TED, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 9 mai. 2021.

ANDRADE, C. **Para entender relações públicas**. 4ª.ed. São Paulo: Loyola, 1993.

BARTHES, R. O efeito de realidade. In: **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARTHES, R. O mito, hoje. In: **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2019. p. 197-256.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CANFIELD, B. **Relações Públicas: princípios, casos e problemas**. Tradução: Olívia Krahenbuhl. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Editora, 1970.

D'AZEVEDO, M. A. **Relações Públicas: teoria e processo**. Porto Alegre: Sulina, 1971.

EDWARDS, L. An historical overview of the emergence of critical thinking in PR. In: L'ETANG, Jacquie; McKIE, David; SNOW, Nancy; XIFRA, Jordi (eds.). **The Routledge handbook of critical public relations**. London and New York: Routledge: 2016. p. 16- 27.

EDWARDS, L. Defining the 'Object' of Public Relations Research: a New Starting Point. **Public Relations Inquiry**. V. 1, jan. 2012, p. 7-30. DOI: 10.1177/2046147X11422149.

ESTEVES, J. P. Opinião pública. In: CORREIA, João Carlos; FERREIRA, Gil Baptista; SANTO, Paula do Espírito (Orgs.). **Conceitos de comunicação política**. Livros LabCom. 2010, p. 21-32.

FARIAS, L. A. O campo acadêmico do ensino e da pesquisa em comunicação organizacional e relações públicas no Brasil. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos**. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 45-60.

FARIAS, L. A. **Opiniões Voláteis: Opinião pública e construção de sentido**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2019, 144 p.

FERRARI, M. A. Novos Aportes das relações públicas para o século XXI. **Comunicação & Sociedade**, v. 24, n°. 39, 2003, p. 53-65.

FITCH, K.; L'ETANG, J. Other voices? The state of public relations history and historiography: Questions, challenges and limitations of 'national' histories and historiographies. **Public Relations Inquiry**. 2017, Vol. 6, p. 115-136.

- FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere** - Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 1, 494 p.
- GREGOLIN, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 4, n. 11, 2007.
- GRUNIG, J. E. A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e societal. Trad. de John Franklin Arce. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Metodista, a. 24, n.º 39, 2003, p. 67-92.
- GRUNIG, J. E.; HUNT, T. **Managing public relations**. New York: Holt, Rinehart & Winson, 1984.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraeira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.
- KUNSCH, M. M. K. Tendências da produção científica em relações públicas e comunicação organizacional no Brasil. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 24, n.º. 39, 1.º. sem. 2003, p. 93-125.
- KUNSCH, W. L. De Lee a Bernays, de Lobo a Andrade: a arte e a ciência das relações públicas em seu primeiro centenário (1906-2006). In: **Revista Estudos de Jornalismo e Relações Públicas**. São Bernardo do Campo: Fajorp-Umesp, ano 4, n.º 7, jun. 2006.
- KUNSCH, W. L. Gênese e desenvolvimento do campo profissional e acadêmico das relações públicas no Brasil. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, p. 7-42.
- L'ETANG, J. Historicity as a source of critique – historicity and knowledge, societal change, activism and movements. In: L'ETANG, J.; McKIE, D.; SNOW, N.; XIFRA, J. (eds.). **The Routledge handbook of critical public relations**. London and New York: Routledge: 2016. p. 16-27.
- L'ETANG, J. **Public relations: concepts, practice and critique**. London, UK: Sage Publications, 2013.
- LE MOS, E. **A era pós-disciplinar e o ambiente contemporâneo de relações públicas: cosmovisão ampliada da disciplina**. 2017, 195 p. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação. São Paulo, 2017a.

LEMOS, E. Espectadores ou agentes? Historiografia, historicidade e compreensão crítica em Relações Públicas. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. V. 14, n.º 27, 2017b, p. 360-373.

LYOTARD, J. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. 15ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MARTINI, F. G. Musicalidades dialéticas: Transmetodologia para uma ciência sonora. **MATRIZES**, [S. l.], v. 14, n.º 3, 2020, p. 213-233. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/175265>. Acesso em: 12 maio 2021.

MARTINO, L. M. S. **Comunicação e Identidade: quem você pensa que é?** São Paulo: Paulus, 2010.

MATHEUS, C. **As opiniões se movem nas sombras**. São Paulo: Atlas, 2011, 213 p.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **Pensar as mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.

MILLER, K. S. Public Relations in Film and Fiction: 1930 to 1995. In: **Journal of Public Relations Research**. 1999, p. 3-28. DOI: 10.1207/s1532754xjpr1101_01.

MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v. 4, n. 1, 2010, p. 54 – 77.

NASSAR, P. Novas narrativas e memória: olhares epistemológicos. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). **Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus, 2016, p.77-100.

NASSAR, P. **Relações Públicas: na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. 3ª ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro, RJ: Editora Senac Rio, 2012.

NASSAR, P.; PARENTE, C. **Lobby e comunicação: a integração narrativa como via de transformação**. São Paulo: Aberje, 2020.

PERUZZO, C. **Relações públicas no modo de produção capitalista**. São Paulo: Cortez, 1982.

PERUZZO, C. Relações públicas, movimentos populares e transformação social. In: **Revista Brasileira de Comunicação**, v. 16, n.º 2, 1993, p. 125-133.

RÜDIGER, F. Relações públicas e pesquisa crítica em comunicação. In: MOURA, C. P.; FOSSATTI, N. C. (orgs.). **Práticas acadêmicas em relações públicas: processos, pesquisas e aplicações**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 42-74.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. 1ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

TODOROV, T. As Categorias da Narrativa Literária. In: **Análise Estrutural da Narrativa**. Tradução: Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Editora Vozes, 1973. p. 209-254.